

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Parte I – CONSTITUCIONALISMO	17
1 NEOCONSTITUCIONALISMO	17
1.1 Base histórico-social do constitucionalismo – revoluções burguesas	18
1.2 Base filosófica do constitucionalismo moderno – jusnatu- ralismo e positivismo	23
1.3 Bases do neoconstitucionalismo – pós-modernidade e pós- positivismo	25
2 A CONSTITUIÇÃO.....	28
2.1 Conceito e natureza de constituição.....	28
2.2 Supremacia da Constituição	30
2.3 Origem e Desenvolvimento da Constituição – Poder Cons- tituinte Judicial	31
Parte II – A GUARDA DA CONSTITUIÇÃO – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, JURISDIÇÃO CONSTITU- CIONAL E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS	37
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	37
1.1 <i>Estado Democrático de Direito</i> – Separação de Poderes e Fontes do Direito	37
1.2 Funções dos poderes ante a Força Normativa da Consti- tuição, sua Supremacia e a Nova Hermenêutica Constitu- cional	40
2 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	43
2.1 A Inconstitucionalidade	43



2.1.1	Espécies	44
2.1.1.1	Formal ou orgânica x material.....	44
2.1.1.2	Total x parcial.....	45
2.1.1.3	Ação x omissão.....	47
2.1.1.4	Originária x superveniente.....	48
2.1.1.5	Antecedente x consequente	49
2.1.1.6	Direta x indireta.....	50
2.1.2	Fenômenos ligados à inconstitucionalidade.....	51
2.2	Modelos de controle de constitucionalidade.....	53
2.2.1	Os grandes sistemas	53
2.2.1.1	Sistema inglês (ausência).....	54
2.2.1.2	Sistema francês (político).....	55
2.2.1.3	Sistema americano.....	56
2.2.1.4	Controle austríaco.....	58
2.2.2	Classificações.....	60
2.2.2.1	Quanto à natureza (político x judicial)	61
2.2.2.2	Quanto ao momento (preventivo x repres- sivo).....	61
2.2.2.3	Quanto ao órgão (difuso x concentrado).....	62
2.2.2.4	Quanto à forma (incidental/concreto x prin- cipal/abstrato)	64
2.3	O controle de constitucionalidade no Brasil	65
2.3.1	Evolução do controle judicial no Brasil.....	67
2.3.2	Controle concentrado.....	69
2.3.2.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	70
2.3.2.2	Ação Declaratória de Constitucionalidade	72
2.2.3	Controle difuso	74
3	O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	75
3.1	Introdução e história	75
3.2	Tribunais Constitucionais no Direito Comparado e no Brasil... 78	
3.2.1	EUA	78
3.2.2	Alemanha.....	79
3.2.3	Portugal.....	80
3.2.4	O Supremo Tribunal Federal	81
3.3	O papel do Supremo Tribunal Federal na Separação de Po- deres.....	82

Parte III – EFEITO VINCULANTE E GERAL DO PRECEITO ABSTRATO EXTRAÍDO DAS DECISÕES SOBRE CONSTITUCIONALIDADE PROFERIDAS PELO STF E ESTABILIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....		89
1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	89
1.1	Vinculação geral e abstração na jurisdição constitucional.....	89
1.1.1	Efeito abstrato vinculante e modelo de controle	90
1.1.2	Retomada do papel do Poder Judiciário frente ao caráter normativo da norma constitucional e a hermenêutica constitucional	95
1.1.3	Vinculação, Poder Constituinte e Separação de Poderes	97
1.2	Estabilização, abstração e efeito vinculante no direito brasileiro	98
1.2.1	Noção de efeito vinculante, abstração e generalidade de decisões judiciais	98
1.2.2	Antecedentes históricos do efeito vinculante	101
1.3	Princípios informadores do efeito vinculante	103
1.5	Elementos do Efeito Vinculante	107
1.5.1	Limites objetivos.....	107
1.5.2	Limites subjetivos	109
1.6	Objeto do efeito vinculante.....	110
1.7	Destinatários do efeito vinculante.....	116
1.8	Consequências positivas e negativas do efeito vinculante amplo	117
1.8.1	Efeito vinculante e publicidade.....	118
1.8.2	Efeito vinculante e congelamento da justiça constitucional	120
1.8.3	Efeito vinculante e súmula.....	123
1.8.4	Efeito vinculante e consequências	124
1.8.4.1	Redução do número de processos (?)	124
1.8.4.2	Estabilidade das normas constitucionais e sua interpretação	126
1.9	Efeito vinculante x coisa julgada	127
1.10	Inobservância do efeito vinculante	128
1.10.1	Inobservância do efeito vinculante e reclamação.....	129

1.10.2	Inobservância e advocatória.....	130
1.10.3	Inobservância do efeito vinculante e responsabilização da autoridade.....	131
2	EFICÁCIA ABSTRATA E GERAL DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS NOS SISTEMAS CLÁSSICOS...	132
2.1	Sistema Europeu – Controle Abstrato	132
2.1.1	Eficácia <i>erga omnes</i> , coisa julgada, força de lei e efeito vinculante	132
2.2	Sistema Americano – Controle Difuso	137
2.2.1	Efeito Vinculante – <i>stare decisis</i> , <i>ratio decidendi</i> , <i>obiter dicta</i>	137
3	EFEITO ABSTRATO E GERAL DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	139
3.1	Controle abstrato.....	139
3.2	Controle concreto	140
3.2.1	Doutrina clássica.....	142
3.2.1.1	Aspecto constitucional: separação de poderes – art. 52, X, da CF.....	142
3.2.1.2	Aspecto legal: coisa julgada – art. 472 do CPC	149
3.2.2	Doutrina neoconstitucional do efeito vinculante.....	150
3.2.2.1	Aproximação entre os sistemas de controle..	150
3.2.2.2	Vocação expansiva	152
3.2.2.3	Fundamento lógico-constitucional: art. 97 da CF	154
3.2.2.4	Fundamento lógico-legal: art. 481, parágrafo único, do CPC	156
3.2.2.5	Fundamento legítimo-constitucional – art. 102, § 3º, da CF	158
3.2.3	Precedentes jurisprudenciais da teoria da vinculação no controle abstrato	160
	CONCLUSÃO.....	169
	REFERÊNCIAS.....	175
	ÍNDICE ALFABÉTICO.....	191